



ATA 06/2019 - PLENÁRIA DO CEDCA/SC

13 DE JUNHO DE 2019

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezenove, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDCA/SC reuniu-se em Assembléia Ordinária, às nove e trinta da manhã (09h30min), na sala de operacional dois do Centro Integrado de Defesa Civil, com a presença dos seguintes Conselheiros: Governamentais: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST: Fabiani Cabral de Lima, Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM:Fernanda Steffens, Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE: Rosângela Sembrani, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC: Simone Rocha da Silva, Secretaria de Estado da Saúde – SES: Halei Cruz, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP: Luciana Helena dos Santos (Polícia Militar), e Não Governamentais: Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT: Graziela C. L. Damacena Gabriel, Associação Espaço Alternativo – AEA: Michele Fortunato Hipólito, Bairro da Juventude Padres Rogacionistas – BJPR: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Comunidade Terapêutica Casa da Restauração – CTCR: Fabiana Anacleto Manoel, Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil – FCPFVESIJ: Lizandra Vaz Salvadori, Instituto Paternidade Responsável – IPR: Rosane Magali Lang Wiggers, Organização Casa dos Sonhos – OCS: Ariele Cipriano Inacio, Organização Mundial de Educação Pré - Escolar - OMEP-BR-SC: Elaine Paes e Lima. Justificativas de ausência: COMBENTU (conselheira Janine Cristini Koenig de Lima está em viagem de férias). Com a presença da assessora do Coordenador do CEDCA no DEASE/SJC, Franciele Cervo. A Coordenadora Adjunta Dona Elaine, solicitou a palavra e esclareceu que a ata de maio não será aprovada nessa plenária devido a recente entrada da servidora Daiana no CEDCA, como também o pouco tempo que se teve para debater essa ata, sendo mais conveniente colocar em votação na plenária de julho. Após este esclarecimento de D. Elaine, Fabiani explanou sobre colóquio que ocorreu dia 4 de abril de 2019, onde foi apresentado, de forma organizada, o plano decenal de direitos humanos da criança e adolescente, e que esse documento foi submetido à consultoria jurídica – COJUR/SDS para justificar a necessidade de consulta pública, mesmo sendo a melhor versão elaborada, é necessário ser colocado em consulta pública para que seja construída de forma democrática e legitimada. A Consulta Pública oficialmente foi publicada no diário oficial dia sete de junho de 2019, tendo como vigência trinta dias, é necessária que essa consulta publica seja divulgada para que se tenha sucesso, Fabiani fundamentou que se faz necessário a divulgação de todos e relatou que o site da consulta publica está com problema no link, sendo assim, ainda não está disponível para realizar as contribuições. A Conselheira, Major Luciana Helena esclareceu que em seu setor (também está com o mesmo problema no link e que este problema é em vários setores, relatando que o provavelmente o problema persistirá até julho. Mas Fabiani diz que neste caso a casa civil prorrogará o prazo. D. Elaine coloca que seria interessante mandar um ofício para os conselhos sobre as dificuldades que estão ocorrendo em relação à consulta pública. Fabiani mostra que a consulta pública está ativa, e que já pode ser realizado o cadastro, pois somente quando está cadastrado que podem realizar contribuições as consultas públicas disponíveis. Demonstra que a consulta pública do plano decenal está em andamento e não tem prazo para terminar devido ao



51 problema já explicado. Após isso ela mostrou todos os documentos que estão
52 inseridos no site da casa civil, além da minuta do plano decenal, os diagnósticos, a
53 exposição de motivos, Fabiani esclarece que os cadernos (os anexos) não estão em
54 discussão e sim à minuta do plano decenal. Ela elucida que não necessidade de ser
55 pontual, indicando meta e objetivo. Após as contribuições realizadas vão ser
56 organizadas, por um grupo nomeado pela Casa Civil, e depois retorna ao processo
57 de origem. Fabiani por fazer parte do grupo e se coloca a disposição para colocar as
58 informações da consulta pública, e se compromete a realizar relatórios sobre as
59 contribuições de dez em dez dias para o conselho. Quando o problema no link
60 estiver sanado, Fabiani solicita a ajuda de todos para que haja muitas contribuições,
61 principalmente entre os jovens e adolescentes. Dona Elaine fala sobre o evento
62 realizado pela ACCT e diz que seria importante divulgar a consulta pública neste
63 evento. Fabiani lembra quão importante é o trabalho dos conselheiros do CEDCA,
64 que chegaram até a minuta até do plano decenal que está muito bem elaborado e
65 que é uma construção inédita, e por isso deve ser reconhecida como um trabalho de
66 todos. Retomando as comissões, no CEDCA nós temos dois tipos de comissões às
67 permanentes previstas no regimento e as setoriais para elaboração do plano, grosso
68 modo temos a nossa política da criança e do adolescente que é macro representado
69 pelo plano decenal, e os planos setoriais que vão dizer o que nos propomos como
70 política. Temos os quatro planos setoriais: Convivência e Familiar e Comunitária
71 composto pela: Janine, Michele, Ariele, Fabiana, Jaime e Graziela, Plano de
72 Erradicação de Trabalho Infantil composto por: Fabiani, Lizandra, Tamiris, Vitória,
73 Mayara (NECAD-UFSC), Plano de Medidas Sócio Educativa, ele tem um
74 metodologia diferenciada porque já tem algo posto, por ter sido publicado, agora tem
75 que ver de que forma será repensada dentro da perspectiva dos direitos humanos
76 da criança e do adolescente a comissão no momento: Zeno, Simone, Halei, Rosane
77 Jacques, Rosane e Viviane e a de Combate a Exploração Sexual Infantil é composto
78 por: Rosely, Graziela, Cleber, Fernanda, Cida, Esmael, Rosane e Lizandra. Dona
79 Elaine esclarece diz que as comissões irão construir os planos setoriais, mas tudo
80 irá sempre para as plenárias, sendo debatidos em grande grupo, dessa forma todos
81 nós iremos participar com as nossas contribuições nos planos setoriais. Simone fala
82 que está trabalhando em uma planilha de atualização e informa que tem uma
83 planilha organizada ela foi enviada por e-mail para CEDCA e os conselheiros que
84 vão realizar visitas podem acessar e tirar suas dúvidas com a gente. Fabiani retoma
85 para pensar os planos setoriais temos que com o levantamento de dados e
86 compilação de dados: Propostas já elaboradas pelas comissões do CEDCA no ano
87 de 2018, deliberações das conferências, planos Nacionais, normativas CEDCA e
88 CONANDA e demais materiais pertinentes que possam contribuir para a temática, e
89 será e encaixa nos eixos: Promoção dos direitos, Proteção e defesa dos direitos,
90 participação das crianças e adolescentes, controle social da efetivação dos direitos e
91 gestão pública. A conselheira Lizandra comentou que a Comissão Organizadora da
92 XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente se reuniu no dia
93 06 de junho e foi conversado sobre a necessidade dessa Conferência ser presencial,
94 entendendo que é um processo de extrema importância para as crianças e
95 adolescentes que irão participar. Pensou-se na possibilidade da leitura do
96 Regimento Interno ser enviado com antecedência para os municípios para que os
97 mesmos possam contribuir, não necessitando dedicar muito tempo da plenária para
98 isso. Pensou-se na possibilidade da discussão do regimento interno ser feita à
99 distância, com antecedência. Sobre o número de municípios que enviaram o
100 relatório da Conferência Municipal, a Comissão ainda não finalizou a conferência



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DCA/SC)

Lei Estadual N.º 12.536, de 19/12/02; Decreto Regimento Interno N.º 802, de 12/04/96

101 desses dados, pois tem que abrir todos os e-mails enviados pelos municípios para
102 contabilizar, diante disso, a Comissão entende que essa função deve ser
103 centralizada na secretária executiva, com o apoio dos conselheiros que fazem parte
104 da Comissão. Foi informado também que a Comissão irá solicitar um orçamento com
105 o número total de municípios para o evento da Conferência, com objetivo de ter ideia
106 sobre o custo do evento, sabendo que não haverá 100% dos municípios presentes,
107 apenas para ter uma estimativa de valores. Lizandra informou também que o
108 CONANDA entrou em contato solicitando uma estimativa de nº municípios que
109 participarão da Conferência Estadual, nº de adolescentes que participarão e
110 previsão de data do evento. Em conversa com Aline do CONANDA, até o momento
111 não se tem recurso para a Conferência Nacional (sendo que a comissão não está
112 conseguindo se reunir por falta de recurso). Outro tema trazido por essa Comissão
113 foi em relação à cadeira representada por um (a) adolescente no CEDCA. Como a
114 Vitória já possui 18 anos, entende-se que é necessário indicar outro (a) adolescente
115 para essa cadeira. Diante disso, foi sugerido o nome da adolescente Bárbara de
116 Oliveira Ernst do município de São José, por já ter participado de vários eventos
117 ligados ao CEDCA, como a Caravana dos Direitos da Criança e do Adolescente,
118 Pré-Conferência Municipal e Conferência Municipal de São José (onde saiu eleita
119 adolescente delegada), Encontro Latino Americano DCA (representando o Fórum
120 DCA no RJ, juntamente com Vitória). Bárbara assumirá esse cargo até a próxima
121 eleição da sociedade civil, em 2020. Vitória foi convidada a continuar participando
122 das plenárias e comissões do CEDCA como voluntária, porém não mais
123 representando o CEDCA enquanto adolescente. Depois de compartilhada essa
124 informação, a plenária aprovou por unanimidade o nome da adolescente Bárbara
125 Ernst como nova representante das crianças e adolescentes no CEDCA. Nada mais
126 havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual foi lavrada a Ata que, após
127 lida e aprovada, será impressa e assinada pelos presentes.